

5 RESPOSTAS SOBRE OS 10 ANOS DA LEI SECA

Em junho, a Lei Seca fez um aniversário muito simbólico. Foi há dez anos, no dia 19 de junho de 2008, que a lei 11.705 nasceu para combater uma das principais causas da violência de trânsito no país: a combinação explosiva entre bebida alcoólica e direção. Uma combinação mais corriqueira do que se imagina: a Pesquisa Nacional de Saúde, de 2013, feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostrou que, de cada quatro brasileiros, um dirige sob efeito de álcool. 🍷

Gerson Burin



1) O que mudou na lei de 2008 para cá?

Antes da lei, existia uma tolerância de até 0,6 grama de álcool por litro de sangue, ou 0,3 miligrama por litro no bafômetro, com aplicação de multa considerada gravíssima e suspensão da CNH pelo período de um ano. O condutor poderia ser condenado criminalmente por conduzir sob influência de álcool, podendo pegar de seis meses a três anos de prisão. Com a lei, qualquer concentração de álcool passou a ser considerada infração (nesse começo, com uma tolerância de 0,2 g por litro de sangue e 0,1 mg no bafômetro). Após 2012, entrou em vigor a nova Lei Seca, já sem tolerância nenhuma. O valor da multa, que nesse ano era de R\$ 1.915, passou para R\$ 2.934,70 em 2016. Essa cobrança se mantém mesmo que o motorista se recuse a passar pelo bafômetro. Em 2018, nova alteração aumentou o tempo de prisão para os infratores: cinco anos caso um acidente provocado por motorista alcoolizado deixe gente ferida e oito anos na eventualidade de alguém morrer.

2) A quantidade de motoristas autuados diminuiu com a Lei Seca?

Pelo contrário, aumentou. Mas isso é consequência da fiscalização, que antes da lei quase não existia. No estado de São Paulo, de 2008 a outubro de 2017 foram aplicadas 244.929 multas decorrentes do uso do álcool antes de dirigir, de acordo com dados do Detran-SP. Esses números são resultados do Programa Direção Segura e das operações rotineiras da Polícia Militar, além da fiscalização nas rodovias. Para se ter uma noção do aumento no número de multas aplicadas em cada ano, em 2008 foram 11.724; em 2017, 43.234.

3) Com a lei, menos pessoas estão dirigindo após consumir bebida alcoólica?

É difícil saber – uma vez que a fiscalização ainda é insuficiente. Em 2011, uma pesquisa feita com pacientes do SUS mostrava que 6% dos entrevistados admitiam dirigir após ingerir álcool. Em 2016 foi de 7,3%; em 2017, ficou em 6,7%. Mas dados da Pesquisa Nacional de Saúde são mais graves. Segundo o estudo, uma média de 24% das pessoas maiores de 18 anos admite dirigir depois de beber. Dessas pessoas, 68% são homens.

4) Quais os obstáculos que impedem que a fiscalização seja mais eficiente?

São diversos. Em primeiro lugar, há a possibilidade de o motorista se recusar a passar pelo teste do bafômetro – graças a uma brecha jurídica que diz que ninguém pode ser obrigado a produzir prova contra si mesmo. Sem assoprar no bafômetro, o motorista autuado tem de pagar multa, mas escapa da prisão, o que enfraquece o que deveria ser o rigor da lei. O fato de que aplicativos como o Waze avisam da presença de polícia nas proximidades também complica: o motorista alcoolizado usa essa informação para desviar da blitz. Uma possível solução seria a PM fazer mais abordagens pequenas, com curto tempo de duração na mesma rua, para driblar aplicativos e redes sociais que avisam sobre a fiscalização.

5) Mas, enfim, o número de mortos caiu com a Lei Seca?

Segundo os especialistas, sim. Dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, indicam que houve uma redução em mais de 14% do número de mortes por acidentes de trânsito no país. Em 2008, quando a lei foi implementada, o SIM registrou 38.273 óbitos por essa causa. Em 2017, houve queda para 32.615 casos. E uma projeção feita pelo Centro de Pesquisa e Economia do Seguro (CPES), órgão da Escola Nacional de Seguros, aponta que, em quase dez anos, a nova legislação evitou a morte de 40.700 pessoas e a invalidez permanente de outras 235 mil. Mas... a queda das mortes por acidentes de trânsito na década dá a entender que há relação com a Lei Seca, mas é difícil afirmar com certeza – se um acidente não acontece, não há um depoimento de alguém dizendo “não bati o carro porque não consumi bebida alcoólica”. Ainda mais levando em consideração os índices da resposta número 3, que apontam uma manutenção da porcentagem de pessoas que admitem dirigir após beber. A luta precisa continuar.